



# Relatório de Acompanhamento Fiscal – RAF

*Junho de 2020*

*Relatório completo [aqui](#)*

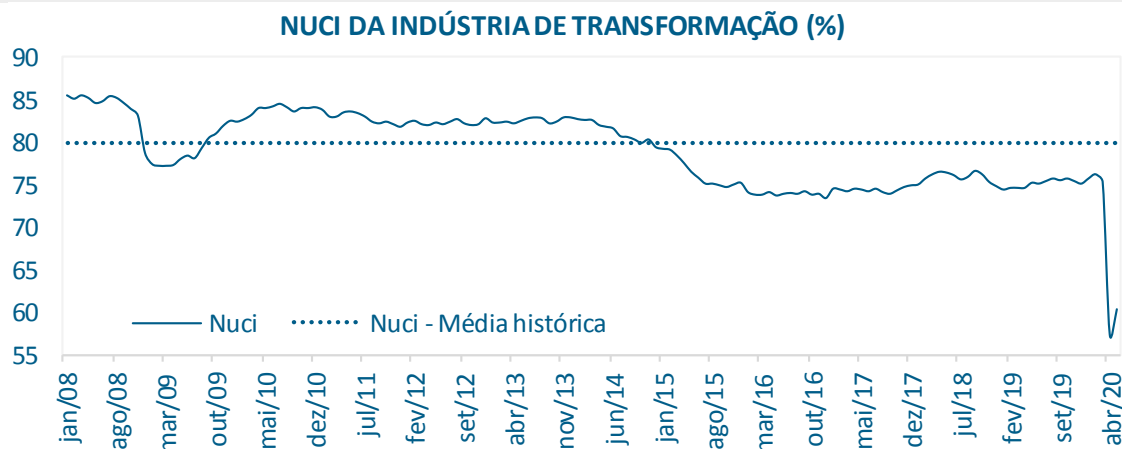
**Felipe Salto**

Diretor-Executivo da IFI

Brasília, 15 de junho de 2020

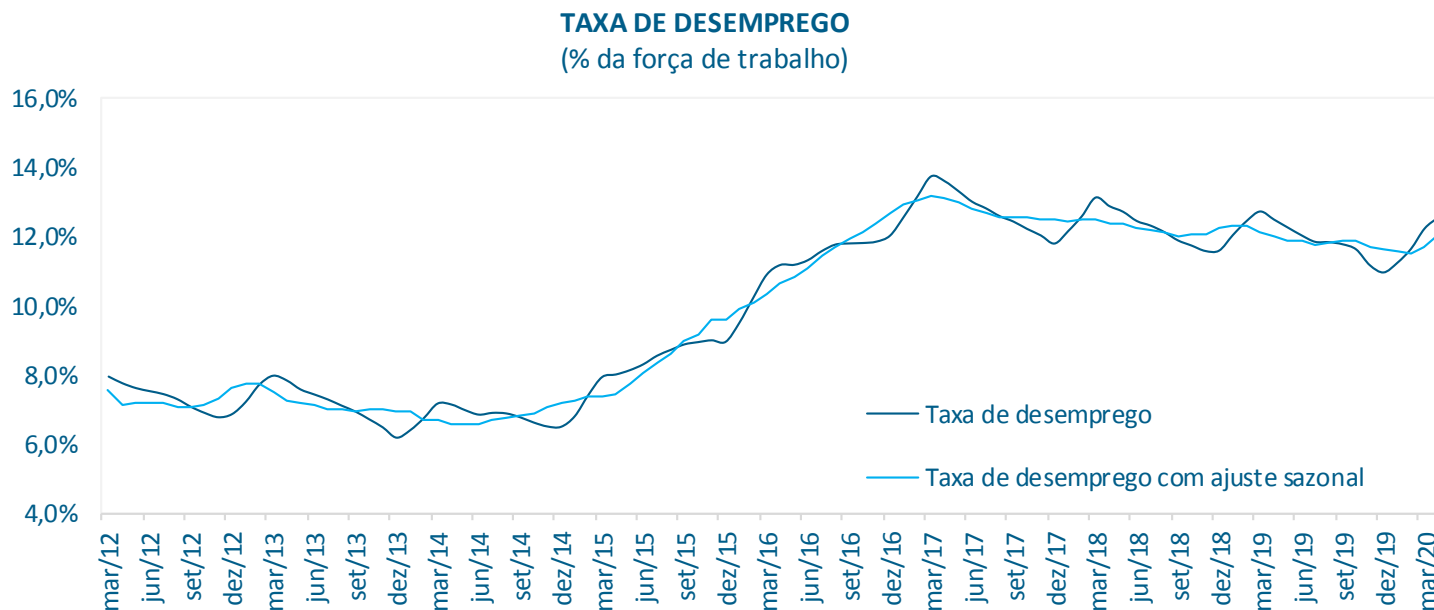
- No cenário base, a perspectiva para o PIB é de -6,5% em 2020 e 2,5% em 2021.
- Número de pessoas ocupadas passou de 92,3 milhões em abril de 2019 para 89,2 milhões em abril de 2020.
- Pessoas ocupadas no mercado informal passaram de 37,7 milhões em abril de 2019 para 34,5 milhões em abril de 2020.
- Estimativas do hiato do produto apontam ociosidade ao redor de 5,0% no primeiro trimestre de 2020.
- O efeito primário nas contas do governo central das medidas de enfrentamento ao coronavírus chega a R\$ 601,3 bilhões, 8,7% do PIB, em 2020.
- A IFI projeta déficit primário do governo central de R\$ 877,8 bilhões, em 2020, 12,7% do PIB.
- A provável prorrogação do auxílio emergencial poderá elevar seu custo total para R\$ 308,8 bilhões até o fim do ano.
- Revisão para baixo na receita líquida do governo central em 2020 no cenário base já alcança R\$ 247,7 bilhões frente a novembro.
- Receitas não administradas devem somar R\$ 156,3 bilhões em 2020, refletindo esforços do governo em manter essa arrecadação.
- Margem fiscal será de R\$ 72,3 bilhões e teto de gastos deverá ser rompido em 2021.
- Despesas discricionárias projetadas para 2021 superam o teto em R\$ 56,3 bilhões.
- No cenário base, a projeção para a dívida bruta é revisada de 86,6% para 96,1% do PIB em 2020.
- Estabilidade da dívida bruta só deve ser alcançada de três a quatro anos após 2030.
- No cenário pessimista, risco de insustentabilidade é alto, com dívida superior a 100% do PIB já em 2020.

- Exercícios sugerem contração adicional do PIB de 10,6% no segundo trimestre.
- A produção da indústria geral recuou 18,8% na passagem de março para abril (na série com ajuste sazonal), refletindo, em grande medida, as interrupções ocorridas em diversas unidades produtivas. Todas as categorias de uso apresentaram desempenho negativo entre março e abril.
- O declínio da produção de bens de capital em abril evidencia que o ambiente de incerteza extrema e a expectativa de contração da atividade econômica em 2020 devem adiar as decisões de investimento. Indicador Ipea de formação bruta de capital fixo recuou 27,5% na comparação entre abril e março de 2020.
- Confiança da indústria e Nuci avançam em maio, mas ainda se mantêm em patamares reduzidos. Confiança (ICI) passou de 58,2 para 61,4 pontos entre abril e maio. Nuci da indústria de transformação registrou acréscimo de 3 pontos percentuais, ao passar de 57,3% em abril para 60,3% em maio (segundo dados dessazonalizados). Evidencia-se elevado grau de ociosidade.



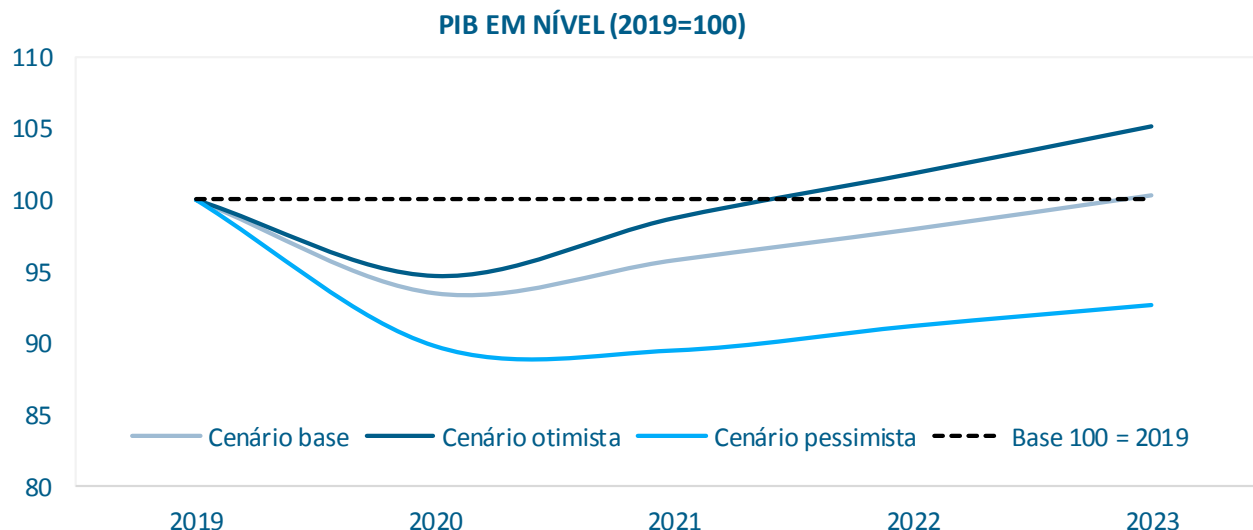
Fonte: FGV. Elaboração: IFI.

- Taxa de desemprego com ajuste sazonal subiu 0,3 ponto percentual entre os trimestres encerrados em março e abril, ao passar de 11,7% para 12,0%.
- A taxa não subiu mais rapidamente porque o número de pessoas em busca de colocação no mercado de trabalho diminuiu. A taxa de participação da força de trabalho, com ajuste sazonal, recuou de 61,1% em março para 59% em abril.



Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

- O grau de incerteza acima do usual ao redor das previsões macroeconômicas decorre, em grande medida, da dinâmica da pandemia, de seus efeitos sobre a atividade produtiva e da capacidade das ações de política econômica no sentido de minimizar o impacto sobre as empresas e sobre a parcela mais vulnerável da população.
- Projeção para a variação real do PIB no cenário base foi revisada de -2,2% para -6,5% em 2020. A retração reflete, além da própria restrição ao funcionamento do setor produtivo imposta pelo distanciamento, a postergação das decisões de investimento e do consumo privado e a redução do fluxo de comércio sobre as exportações de bens e serviços. Para 2021, espera-se crescimento de 2,5%. A retomada estimada no cenário base faria com que o nível do PIB retornasse ao patamar pré-pandemia em 2023.



Fonte: IBGE e IFI. Elaboração: IFI.

- As diferenças entre os cenários apresentados refletem a efetividade das ações de política econômica anunciadas até o momento para mitigar o risco de desestruturação da cadeia produtiva e de perda de renda e de capacidade de consumo da parcela vulnerável da população. Refletem, também, o benefício que a economia brasileira obteria a partir de reduções menos abruptas do nível de atividade econômica global.
- O nível do produto é mais baixo que o previsto anteriormente ao longo do horizonte de projeção e, portanto, a profunda deterioração da atividade produtiva e das condições do mercado de trabalho (perda de renda e de emprego sobretudo da parcela mais vulnerável da população) geraria efeitos negativos também para o crescimento de longo prazo.

## PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS (2020-2030)

	Cenário Base				Cenário Otimista				Cenário Pessimista			
	2020	2021	2022	2023-2030	2020	2021	2022	2023-2030	2020	2021	2022	2023-2030
PIB – Taxa de variação real (%)	-6,5	2,5	2,3	2,3	-5,3	4,3	3,2	3,5	-10,2	-0,3	1,9	1,4
IPCA (%)	1,4	3,1	3,5	3,5	2,1	3,1	3,3	3,3	0,8	2,7	3,3	4,1
Taxa de desemprego (%)	14,2	13,2	12,2	10,2	13,5	12,0	10,8	8,0	15,3	15,6	14,8	12,0
Ocupação - Crescimento real	-4,8	1,2	1,3	0,8	-4,0	1,9	2,0	1,2	-6,0	-0,3	0,9	0,6
Massa salarial – Taxa de variação real (%)	-6,5	2,5	2,3	2,3	-5,3	4,3	3,0	3,5	-10,2	-0,3	1,9	1,4
Taxa de câmbio R\$/US\$ (final de período)	4,9	4,6	4,3	4,2	4,5	4,0	3,7	3,9	5,4	5,0	4,8	5,3
Juros reais (%)	0,8	-0,9	1,0	3,3	0,2	-0,1	1,6	2,7	0,2	-0,2	2,1	4,7
Selic (%)	2,3	2,3	4,5	6,9	2,3	3,0	5,0	6,0	1,0	2,5	5,5	9,0

Fonte: IFI.

- O impacto fiscal das medidas de mitigação da crise alcança R\$ 601,3 bilhões ou 8,7% do PIB.
- A ajuda aos trabalhadores corresponde à maior parte, R\$ 338,8 bilhões, notadamente o auxílio emergencial. Seguem em ordem decrescente de valor a ajuda às empresas, R\$ 139,6 bilhões, a ajuda aos estados e municípios, R\$ 70,9 bilhões e as despesas advindas das demandas na área da saúde, R\$ 52 bilhões.
- A projeção de déficit primário do governo central em 2020 subiu para R\$ 877,8 bilhões, 12,7% do PIB, sendo R\$ 276,5 bilhões relativos a fatores não associados às medidas de mitigação da crise.

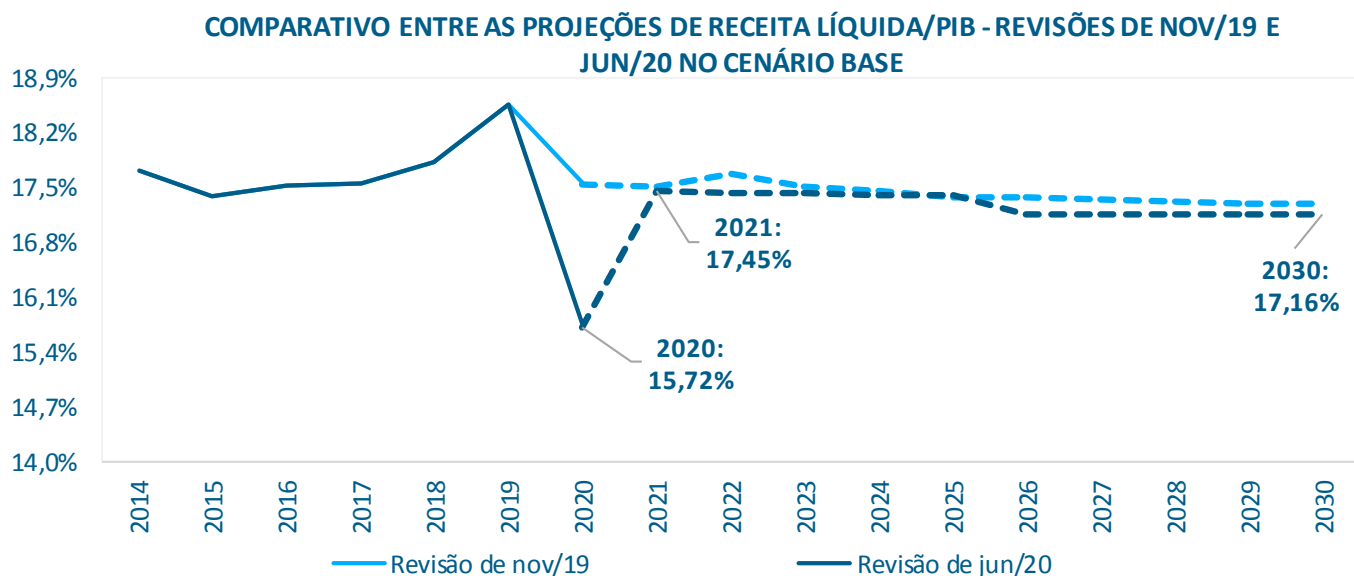
## MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DA CRISE E DÉFICIT PRIMÁRIO EM 2020 (R\$ BILHÕES)

<b>AJUDA ÀS EMPRESAS</b>	<b>139,6</b>
Diferimento de tributos	96,6
Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20,0
Programa de Apoio às MPE (Pronampe)	15,9
Redução de alíquota de IOF sobre o crédito	7,1
<b>AJUDA AOS TRABALHADORES</b>	<b>338,8</b>
Auxílio emergencial	308,8
Complementação de salário do trabalhador formal	26,1
Aumento dos beneficiários do Bolsa Família	3,0
Redução de tarifa de energia elétrica da renda baixa	0,9
<b>AJUDA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>70,9</b>
Complementação dos Fundos de Participação	11,2
Auxílio por conta da queda de receita	50,2
Suspensão do pagamento da dívida junto ao RGPS - municípios	5,6
Diferimento do Pasep e contribuição patronal	3,9
<b>SAÚDE</b>	<b>52,0</b>
Enfrentamento da emergência de saúde pública	46,4
União	10,1
Estados e municípios	36,3
Redução de alíquota de IPI e imposto de importação	5,6
<b>Total de impacto das medidas (A)</b>	<b>601,3</b>
DESPESA	482,5
RECEITA	118,8
<b>Outros fatores (exceto medidas) (B)</b>	<b>276,5</b>
meta inicial de déficit primário	124,1
outros aumentos de gastos	23,5
outras reduções de receitas	128,9
<b>DÉFICIT PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (A+B)</b>	<b>877,8</b>



- A queda a ser observada nas receitas em 2020 decorre de três fatores: (i) redução da atividade econômica; (ii) diferimentos de tributos, que correspondem a um montante de R\$ 96,6 bilhões nas contas da IFI; (iii) redução da alíquota do IOF sobre operações de crédito (impacto de R\$ 7,1 bilhões, segundo o governo); (iv) redução de IPI, de imposto de importação e de PIS/COFINS sobre produtos médico-hospitalares (impactos de R\$ 0,7 bilhão, R\$ 4,3 bilhões e R\$ 0,6 bilhão, respectivamente).
- Revisão das receitas prevê queda de R\$ 244 bilhões na receita primária total do governo central em 2020, em relação à projeção feita em novembro de 2019 pela IFI.
- Na atual revisão, a projeção de PIB nominal foi reduzida para R\$ 6.917 bilhões, correspondendo a uma diferença de R\$ 697 bilhões, ou 9,15%. Considerando uma elasticidade receita-PIB igual a 1, isso quer dizer que as receitas associadas ao comportamento da atividade econômica teriam uma redução percentual em igual magnitude.
- Medidas adicionais aprofundaram revisão nas receitas de R\$ 69,7 bilhões para R\$ 118,8 bilhões até junho.

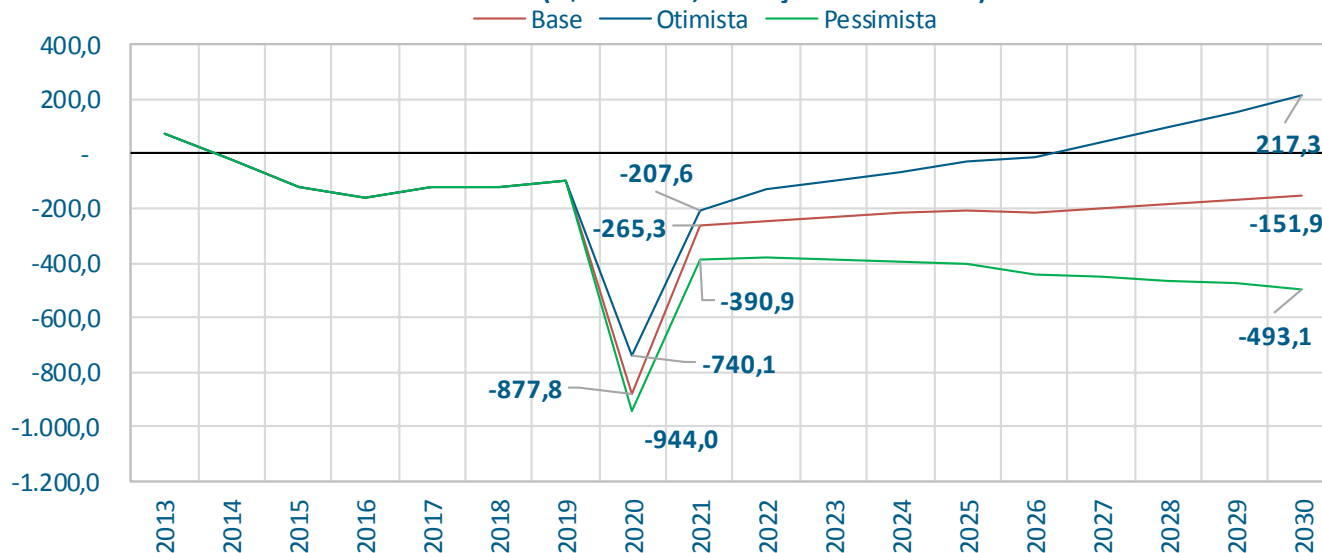
- Em 2021, assumindo que os efeitos do choque da pandemia do coronavírus sobre a atividade econômica sejam dissipados, com o PIB crescendo 2,5%, e os diferimentos de tributos comecem a retornar aos cofres da União, a receita líquida voltaria ao nível de 17,5% do PIB. Esse percentual ficaria em patamar de 17% do PIB em todo o horizonte de projeção. A hipótese subjacente a esse cenário é que não ocorreria aumento da carga tributária até 2030.
- Receita líquida deve cair a 15,72% do PIB em 2020, voltando a um patamar mais elevado a partir de 2021. Após o pagamento dos diferimentos dos tributos federais ocorridos em 2020, ocorreria uma redução da receita líquida, como proporção do PIB, em 2026 frente a 2025.



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central. Elaboração: IFI.

- No cenário base, o déficit primário do governo central deverá totalizar R\$ 877,8 bilhões em 2020. No cenário pessimista, o déficit é de R\$ 944 bilhões (14,3% do PIB) e, no otimista, de R\$ 740,1 bilhões (10,5% do PIB).
- Margem fiscal no cenário base é inferior ao gasto mínimo para o funcionamento da máquina em R\$ 17,6 bilhões, em 2021, o que deverá levar ao rompimento do teto.

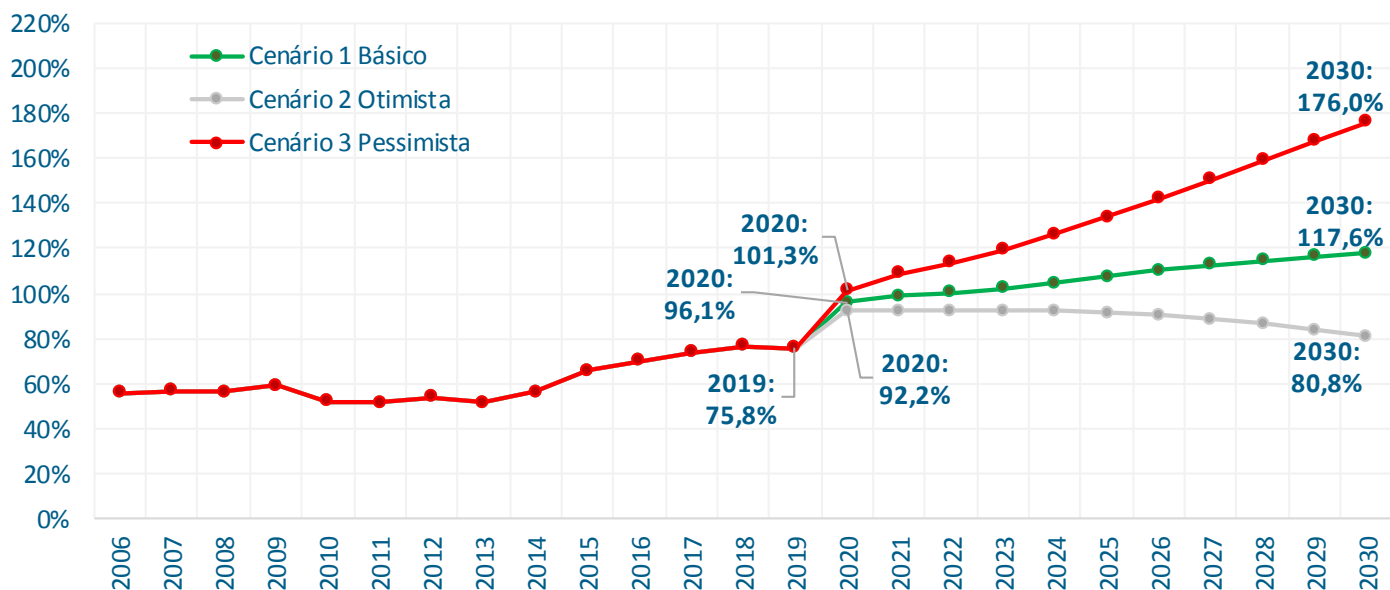
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - CENÁRIOS BASE, OTIMISTA E PESSIMISTA (R\$ BILHÕES, A PREÇOS CORRENTES)**



Fonte: IFI.

- No cenário base, a estimativa de dívida bruta, indicador relevante na análise da solvência, aumentou de 86,6% para 96,1% do PIB em 2020. No cenário otimista, a dívida bruta alcançaria 92,2% do PIB em 2020 e, no pessimista, ultrapassaria 100% do PIB.
- A sustentabilidade da dívida no pós crise demandará a retomada de uma agenda de ajuste fiscal e de cumprimento das regras fiscais vigentes.

PROJEÇÕES ATUALIZADAS PARA A DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL – BASE, OTIMISTA E PESSIMISTA (% DO PIB)

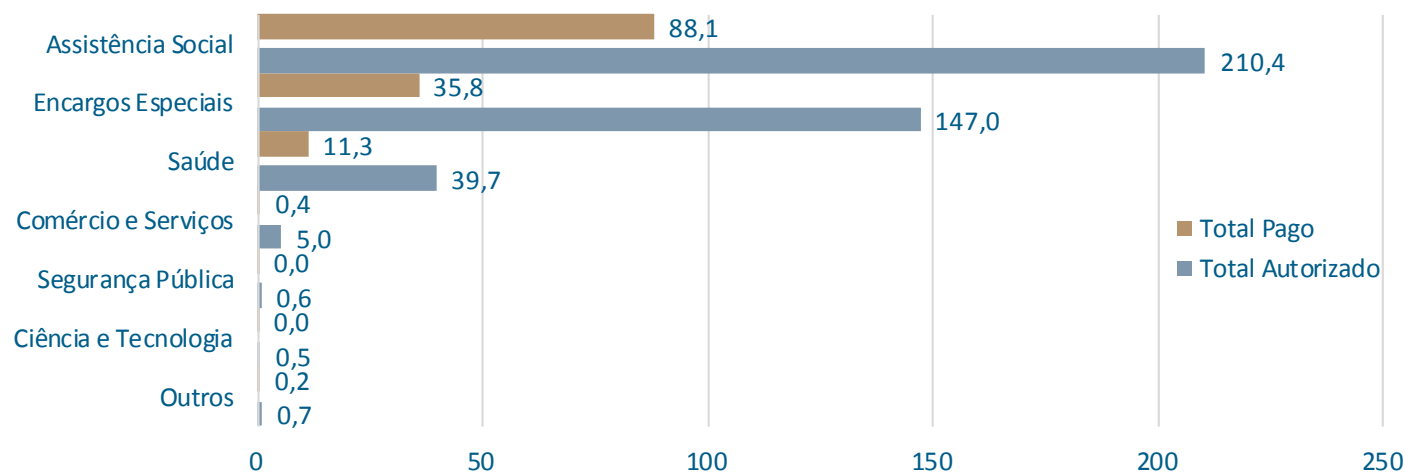


Fonte: IFI.

# Painel dos créditos extraordinários

- A IFI elaborou e colocou para acesso público um painel de dados orçamentários para acompanhamento das ações voltadas ao combate à pandemia.
- Já foram editadas 25 MPs, até o momento, que autorizam despesas em ações relacionadas ao enfrentamento da covid-19, que correspondem a um valor total de R\$ 403,9 bilhões, sendo R\$ 39 bilhões em despesas financeiras e R\$ 364,9 bilhões em despesas primárias.
- Do total de créditos abertos, já foram executados R\$ 135,8 bilhões. A área de Assistência Social apresenta execução de R\$ 88,1 bilhões, de um total de R\$ 210,4 bilhões. O benefício emergencial a vulneráveis é o principal programa dentro desta ação. Na função Saúde, dos R\$ 39,7 bilhões previstos, apenas R\$ 11,3 bilhões foram executados até o momento. Quanto aos Encargos Especiais, foram pagos R\$ 35,8 bilhões, de um orçamento autorizado de R\$ 147 bilhões.

**TOTAL DE DESPESAS AUTORIZADAS E PAGAS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA (EM R\$ BILHÕES)**



Fonte: Medidas Provisórias de crédito extraordinário e SIOF. Elaboração: IFI.